

portugalidade

Edição n.º 5 | outubro 2023

m a g a z i n e

The image shows the interior of a synagogue, likely the Synagogue of Ponta Delgada. The focal point is a large, ornate chandelier with many lit candles, hanging from the ceiling. Below it, a red curtain covers a structure, possibly an ark or a table. The room is filled with wooden chairs and tables, and the walls are decorated with various items, including framed documents and smaller chandeliers. The lighting is warm and focused on the central elements.

DESCOBRIMOS EM PONTA
DELGADA UM DOS MAIS BEM
PRESERVADOS LEGADOS
HEBRAICOS DE PORTUGAL

LEGADO JUDAICO EM PORTUGAL

PATRIMÓNIO | HISTÓRIA | CULTURA

MEMÓRIA JUDAICA

SABUGAL

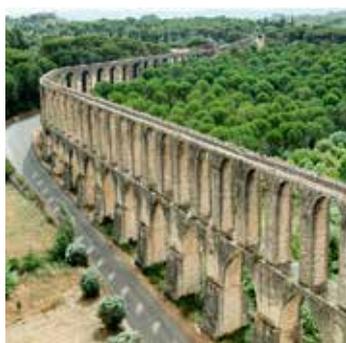


REDE de JUDIARIAS de PORTUGAL



TOMAR

Descubra o tesouro dos Templários
e tantos outros que Tomar encerra.





ÍNDICE

Legado Judaico em Portugal

- 6 Ponta Delgada
- 10 Mogadouro
- 13 Vinhais
- 14 Vimioso
- 17 Vila Nova de Paiva
- 18 Tomar

Festa dos Caretos

- 22 Mirandela

Formação Aeronáutica

- 24 AWA

A Herança do Vinho de Talha

- 26 Adega Coop. Vidigueira

Raças Autóctones

- 31 Cão Serra da Estrela
- 32 ANCSUB

Ficha técnica: Propriedade Litográfis - Artes Gráficas, Lda. | Litográfis Park, Pavilhão A, Vale Paraíso 8200-567 Albufeira NIF 502 044 403 Conselho de Administração Sérgio Pimenta Participações sociais Fátima Miranda; Diana Pimenta; Luana Pimenta (+5%) Assessora de Administração Carla Rodrigues Gestor de Conteúdo António Carlos Diretor Editorial João Malainho Jornalistas Érica Mesquita, Ruben Marques, Bruna Pereira Design Gráfico Departamento Criativo Litográfis Redação e Publicidade Rua Professora Angélica Rodrigues nº 17 sala 7, 4405-269 Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia E-mail geral@portugalidademagazine.pt Site www.portugalidademagazine.pt Periodicidade Bimestral Estatuto Editorial Disponível em www.portugalidademagazine.pt Impressão Litográfis - Artes Gráficas, Lda. Depósito Legal 507441/22 Outubro de 2023



EDITORIAL

Recuamos, uma vez mais, no tempo, para desvendar pormenores que fazem parte da nossa história e cultura. O legado judaico em Portugal deixou, sem surpresa, marcas profundas em tudo aquilo que nos tornou no que hoje somos. Os judeus da Península Ibérica, ou Sefarditas, notabilizaram-se nas ciências e nas letras, nos negócios, na medicina ou na astronomia, por exemplo.

Com o Édito de Expulsão dos Judeus, em 1496, Portugal começou também a criar a sua dívida para com um povo que foi o principal perseguido pela Inquisição, que durou de 1536 a 1821. Desse período, onde os “cristãos-novos” tentavam esconder os seus rituais e costumes para escapar ao Tribunal do Santo Ofício, continuam a chegar ecos aos nossos dias, que nem a ignorância opressora conseguiu apagar. Expressões, nomes, diversas topónímias e até as tão apreciadas alheiras transmontanas sobreviveram. Um enchido com a particularidade de não ter carne de porco, mas facilmente confundível com uma chouriça no fumeiro, tornou-se num símbolo de resistência e, porque não dizê-lo, de argúcia e apurado sentido gastronómico.

Já em pleno século XX, Portugal acabou por desempenhar um papel bastante mais humanitário na sua relação com os judeus. No período mais negro da perseguição a este povo, a Segunda Guerra Mundial, o nosso país recebeu milhares de pessoas em fuga dos nazis. Aristides de Sousa Mendes foi um nome maior desse tempo, ao utilizar a posição de cônsul português em Bordéus para conceder vistos a refugiados judeus. Para quem te-

nha curiosidade histórica e humana sobre esse tempo, uma visita à “Fronteira da Paz - Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristides de Sousa Mendes”, em Vilar Formoso, é obrigatória.

O seu nome está também eternizado no Memorial do Holocausto, Yad Vashem, em Jerusalém, onde lhe foi concedido o título de “Justo entre as Nações”, em 1966, por Israel.

Creio não haver dúvidas de que Portugal celebra hoje a sua herança judaica, com um saudável orgulho, reconhecendo a sua influência na nossa língua, na arquitetura, nas tradições ou na culinária. Há uma história comum a ser partilhada, onde os melhores valores sobrevivem às piores memórias.

Os nossos leitores sabem que uma revista como a nossa não se imiscui em temas polémicos, mas editorialmente não somos impermeáveis aos acontecimentos. Isso seria um vazio, um espaço ocupado com mero ruído. Não temos qualquer problema em assumir a nossa solidariedade com as vítimas de terrorismo e de crimes de guerra, assim como lembrar que a proteção humanitária das populações civis está assegurada pela Carta das Nações Unidas.

Acreditamos que, à nossa escala, também podemos e devemos promover o diálogo intercultural, o respeito e a compreensão mútua.



José de Almeida Mello, Diretor do Museu Hebraico Sahar Hassamaim – Portas do Céu - antiga Sinagoga de Ponta Delgada

SINAGOGA DE PONTA DELGADA ABRE AS “PORTAS DO CÉU” AO LEGADO JUDAICO

A Sinagoga Sahar Hassamaim – Portas do Céu, em Ponta Delgada, é hoje um museu de portas abertas ao público, mas nem sempre foi assim. Em 2015 passou por uma grande restauração que deu vida a todo um património material e imaterial ali presente. A sua visita permite mergulhar na história cultural e religiosa da comunidade judaica.

Fotografias: Arquivo do Museu Hebraico – direitos reservados

“Queremos um mundo mais tolerante e promover o diálogo entre culturas”

Localizada na Ilha de São Miguel, em Ponta Delgada, na Rua de Brum, a Sinagoga Sahar Hassamaim é atualmente um museu, constituído por diversos espaços característicos e objetos de culto, de rituais e até do dia-a-dia. Documentação da época, pergaminhos e manuscritos de grande valor estão também aqui expostos ao público.

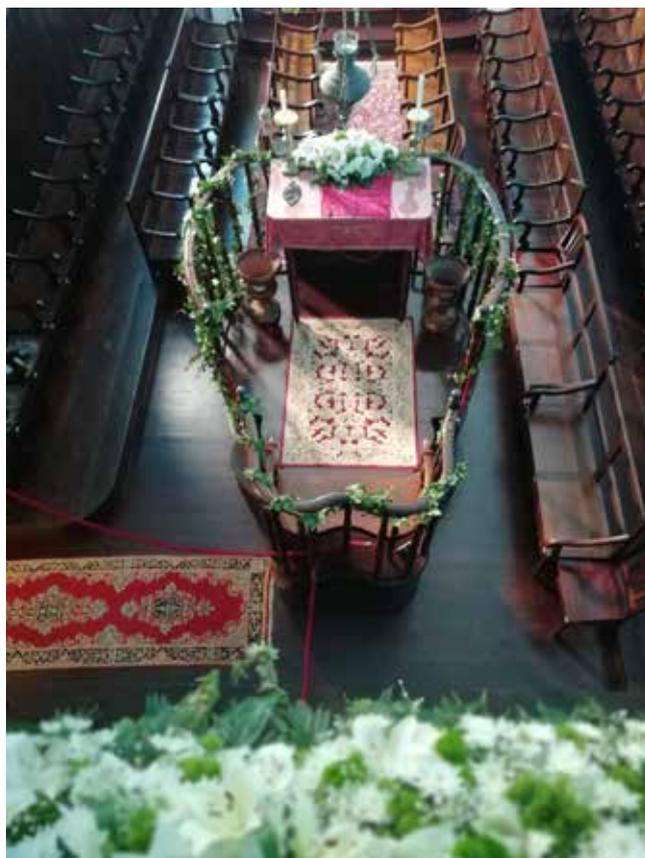
A sua entrada não se destaca como um edifício religioso propositadamente, sendo que foi construído em 1836 por um grupo de judeus provindo do Reino de Marrocos. Nessa altura a legislação portuguesa ainda proibia a utilização de símbolos no exterior de templos não católicos. Por este passado histórico, é a mais antiga sinagoga construída em Portugal após a expulsão dos judeus. “Era como se fosse os segredos dos judeus: as pessoas sabiam que havia, mas não conheciam o que havia lá para dentro”, afirmava o historiador e diretor do Museu Hebraico Sahar Hassamaim – Portas do Céu, José de Almeida Mello, ao programa Nós Portugueses da RTP.

O Museu é constituído por quatro espaços de visita: o Mikeve (antiga zona de banhos rituais), o Espaço da Memória (exposição de legados culturais e históricos da presença hebraica nos Açores), o Quarto da Memória (preservação do legado das irmãs Albo – últimas residentes da sinagoga) e a própria sinagoga.

Desde 1972 que a Sinagoga se encontrava abandonada, entregue aos desgastes do tempo e das condições meteorológicas. No interior ainda ali se mantinham muitos dos objetos e documentos usados em cerimónias religiosas: alguns acabaram por ser usurpados, outros recuperados na abertura da Sinagoga e posteriormente expostos.

O historiador José de Almeida Mello é o principal responsável pela Sinagoga não ter desaparecido para sempre, apelando durante 14 anos à sua recuperação e transformação. Em 2009 lançou a obra “Sinagoga Sahar Hassamain de Ponta Delgada”, em que conta todas as descobertas que fez. Foi este o mote para que o edifício fosse recuperado pelo Município de Ponta Delgada por 99 anos, assente num acordo com a comunidade israelita de Lisboa, de preservação do património histórico e cultural do legado hebraico nos Açores.

Desde que o espaço foi adquirido pela Câmara Municipal, o plano de restauração da Sinagoga foi delineado e a 23 de abril de 2015 abriu ao público como um museu. José de Almeida Mello é, desde então, diretor do Museu Hebraico Sahar Hassamaim – Portas do Céu, tendo dedicado, ao longo destes anos, todo o seu esforço a este espaço.



O PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL

Os objetos expostos contam muito da sua história, tal como é o caso da cadeira em madeira usada para realizar circuncisões, da documentação e manuscritos em hebraico do século XIX e até os 67 bancos, cada um com um significado diferente. Foram também descobertos pergaminhos, livros de bolso, uma mão em madeira, fitas de cabedal, tábuas de lei e tecidos utilizados durante o culto. De acordo com o diretor do Museu Hebraico Sahar Hassamaim – Portas do Céu, em entrevista ao Nós Portugueses, “a peça mais sagrada que temos aqui é a palavra de Deus materializada”, isto é, os quatro Torás.

A sinagoga ainda integra um arquivo documental, uma biblioteca e os gabinetes de trabalho, mas estes estão fechados ao público. Há espaço ainda para algumas salas de exposições onde se realizam diversas mostras. O historiador revelou ao Açoriano Oriental que o espólio tem vindo a crescer, graças a doações e ofertas por parte de descendentes de judeus, tal como foi o caso das famílias Sebag, Delmar e Bensauade. Recordar-se que a família Bensauade tem implementado uma forte dinâmica no tecido empresarial e económico dos Açores desde o séc. XIX, e fez parte de um grupo de judeus que adquiriram o edifício em 21 de dezembro de 1836 para instalar a Sinagoga.

Desde a recuperação da Sinagoga e a abertura do museu que Ponta Delgada integra o roteiro das cida-



“Era como se fosse os segredos dos judeus: as pessoas sabiam que havia, mas não sabiam o que havia lá para dentro”

des do mundo com legado hebraico e é considerado um dos bons legados que Portugal preserva na atualidade. O número de turistas na ilha cresceu, havendo quem venha de propósito conhecer a história que conta este edifício. Desde a sua abertura, o Museu Hebraico recebeu visitantes oriundos de diversas origens e nacionalidades, de diferentes partes do mundo, nomeadamente 63. Os norte-americanos são uns dos principais visitantes, seguindo-se Israel e Alemanha como os principais visitantes de países estrangeiros. Contudo, a maior afluência de visitantes são locais e de Portugal Continental.

A Sinagoga Sahar Hassamaim não foi única nos Açores, mas foi a única que se preservou até aos dias de hoje, conjuntamente com o cemitério israelita em Santa Clara. Para além desta Sinagoga, regista-se a existência de mais cinco em Ponta Delgada e uma em Vila Franca do Campo, totalizando seis Sinagogas na Ilha de São Miguel.

De acordo com o historiador, atualmente só há um judeu na ilha, considerando que para ser considerado como tal é necessário nascer de mãe judia. No entanto, cerca de 14 a 15% da população de São Miguel é descendente de judeus, o que também tem suscitado a curiosidade para com este monumento.

A organização tem vindo a dinamizar diversos eventos, desde concertos intimistas à luz das velas, dias de comemoração, open days, entre outros, o que leva a atrair ainda mais visitantes. A Sinagoga registou mais de trinta e sete mil visitantes desde a sua abertura, a 23 de abril 2015. José de Almeida Mello explicou que os principais objetivos por detrás da promoção deste museu são dar a conhecer o legado histórico da primeira comunidade judaica em São Miguel, para além de incitar a uma maior tolerância para com outras culturas e povos: “queremos um mundo mais tolerante e promover o diálogo entre culturas” - afirmou em declarações à RTP Madeira.

A PRESENÇA JUDAICA NOS AÇORES

Os séculos XIX e XX foram marcantes para o arquipélago dos Açores, com a chegada e permanência dos judeus vindos do Reino de Marrocos. Nesse país, a população estava a ser dizimada por epidemias, as condições económicas não eram as melhores e havia uma grande instabilidade política. O período de presença da comunidade judaica nos Açores foi relativamente curto, mas deixou grandes marcas no território.



De acordo com Inácio Steinhardt, autor do artigo “História da presença judaica nos Açores”, em 1819 desembarcaram em Ponta Delgada os primeiros judeus - Abraão Bensaúde, Salom (Shalom) Buzaglo, Arão Benayon, Jacob Mataná, Isaac Sentob e Arão Aflalo.

A sua contribuição para a economia local trouxe uma melhoria do nível de vida dos açorianos, sendo que veio permitir uma maior circulação de produtos para dentro e fora do arquipélago. Esta situação favorável levou à aceitação dos judeus na sociedade.

Grandes empreendimentos aconteceram das mãos de judeus, tal como foi o caso da fábrica de Tabaco Micaelense, da sociedade Terra Nostra e da Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos – SATA. A família Bensaúde ficou conhecida por fundar o Banco Micaelense, que hoje é conhecido por BANIF-Açores; envolver-se na indústria do açúcar, seguros, combustíveis, faina de bacalhau, entre muitas outras atividades.

As preocupações não estavam só nos negócios, mas também em construir cemitérios e espaços de culto, tal como são o caso das sinagogas. Chegaram a existir cemitérios judaicos na Terceira, São Miguel, Faial e São Jorge. Já as sinagogas foram construídas em casas particulares em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Vila Franca do Campo. Hoje, todas as sinagogas foram encerradas, à exceção da de Ponta Delgada - Sahar Hassamaim. Foi aí que decidiram concentrar todas as alfaias e pergaminhos.

A PRESENÇA JUDAICA NO CONCELHO DE MOGADOURO – PATRIMÓNIO E MEMÓRIA

Por Antero Neto

Antero Neto, investigador e autor das obras “Marcas Arquitectónicas Judaicas e Vítimas da Inquisição no Concelho de Mogadouro. D. Luis Carvajal Y De La Cueva” e “Vilarinho dos Galegos e os Seus Mascarados”, leva-nos numa viagem por Mogadouro, onde nos mostra vestígios e dá a conhecer factos relacionados com a presença de judeus no concelho.

OS JUDEUS E A INQUISIÇÃO NO DISTRITO DE BRAGANÇA

As notícias da presença dos judeus em solo ibérico chegam-nos com o registo da perseguição que foram alvo no longínquo ano de 418. Mais tarde, por força dos diversos episódios de expulsão de que foram vítimas em território espanhol, haveriam de migrar em força para solo lusitano, onde muitos se estabeleceram, embora forçados à conversão à religião cristã. O culminar desse processo deu-se no reinado de D. Manuel I, que originou a fuga de muitos, mas que igualmente proporcionou a estadia a outros tantos, que sacrificaram a sua crença em troca da vida. Cristãos-novos, marranos, cripto-judeus ou gente da nação, são as designações por que passaram a ser conhecidos nos anais da História esses judeus convertidos ao catolicismo, mas que, em grande parte, continuaram a praticar a religião judaica de forma oculta, em círculos familiares e privados, transmitindo as orações de geração em geração, conforme o atesta a presença de comunidades um pouco por todo o interior raiano, nomeadamente em Vilarinho dos Galegos, no concelho de Mogadouro.

JUDEUS EM MOGADOURO

O concelho de Mogadouro foi um dos pontos de atração e fixação de judeus em território nacional. A primeira notícia escrita da presença de judeus no concelho de Mogadouro surge-nos no foral atribuído por D. Sancho I a Penas Róias, em 1187:

“Et de gens hebraea qui ibi occurrerit et ibi feritus fuerit aut occisus tale calumpnia pariant pro illo quomodo pro vosmetipsos” (E de gente hebreia que aí ocorrer e aí for ferida ou morta paguem tal coima por isso como vós mesmos).

Na prática, este pequeno trecho é de extrema importância, pois por aqui se vê como o rei equipara a condição

dos judeus à dos moradores cristãos, concedendo-lhes iguais privilégios em matéria de proteção penal. Estamos, pois, na presença de um documento que, além da notícia da existência de gente da nação no território do atual concelho de Mogadouro, prova a preocupação régia com o incentivo ao seu estabelecimento através da criação de normas especificamente dirigidas para a sua proteção.

Segundo José Mota, em “Os Judeus e a Inquisição no Distrito de Bragança”, também no mesmo distrito, “no início da nacionalidade, começou por haver duas comunas de certa importância, a de Bragança e a de Mogadouro, para, mais tarde, esse número aumentar para dez: (onde se incluíam as de) Azinhoso, Mogadouro (e) Bemposta”.

Como podemos ver, o atual concelho de Mogadouro era povoado por uma considerável comunidade judaica, que traduzia a sua presença em três comunas. Ainda a este propósito, Casimiro Machado, em “Mogadouro, Um Olhar Sobre o Passado”, relatou que vinham mencionadas no “Livro das tenças de el Rei” as comunas de Mogadouro e Bemposta, ambas pertencentes à comarca e rabinato de Torre de Moncorvo, completando a referência com a transcrição textual: “A Alvaro Pirez de Tavora a tença geral pela Judiaria de Mogadouro... a Fernam Vaaz de sampayo, enquanto for mercee delRei... e a elle mais nas gereaes pela Judiaria de Bemposta”.

José Leite de Vasconcelos dá-nos notícia de que no reinado de D. Dinis (1279-1325) havia comuna em Mogadouro igualmente no de D. Afonso V (1438-1481) e no reinado de D. João II (1481-1495) já menciona a de Bemposta. Maria José Ferro Tavares, no volume um de “Os Judeus em Portugal no século XV”, diz-nos que a comuna de Mogadouro estava obrigada a entregar ao rei 160 libras, que no início do século XV viviam aqui 20 famílias de judeus e que, em 1481, obtiveram permissão de D. Afonso

V para aumentar a sinagoga. Em relação à existência da sinagoga em Mogadouro, há ainda uma outra referência feita por António Júlio Andrade e Maria Fernanda Guimarães, na obra “Percurso de Gaspar Lopes Pereira e Francisco Lopes Pereira, Dois Cristãos-Novos de Mogadouro”, num pequeno estudo dedicado à vítima da Inquisição Ana Fernandes, ou Ana Doce, como era popularmente conhecida, e que tem por fonte o processo n.º 4637, de Afonso Garcia, marido da dita (Inquisição de Évora). Segundo os referidos autores, em pleno séc. XVI, “em Mogadouro, os cristãos-novos costumavam juntar-se em sinagoga na casa de Francisco Vaz, que tinha uma torah, a bíblia dos judeus. Era aí que Mestre Valença explicava as escrituras sagradas e ensinava a religião de Moisés”.

Em Mogadouro, tal como por todo o país, havia judeus de várias condições económicas, sendo alguns deles ricos e poderosos. Sinal disso mesmo é o facto de em 1383 o Rabi Santo, judeu de Mogadouro, ter arrematado ao rei D. Fernando, por vinte mil e duzentas libras, a cobrança das sisas gerais de um soldo o almude de vinho das comarcas de Entre Douro e Tâmega e Trás-os-Montes. Alguns deles ocuparam lugares de destaque no panorama social mogadourense. Como foi o caso de Mestre António de Valência, físico, originário de Castela, que foi médico dos Távara e casou uma filha, Maria de Valência, com Francisco Vaz Pinto, da casa dos senhores de Murça, ou de Pero Gonçalves, cristão-novo e oficial de bestas, que, em 1642, viu a Câmara de Mogadouro conceder-lhe o privilégio de besteiro exclusivo no concelho.

Berta Afonso diz-nos, em “Para o estudo dos judeus no Nordeste Transmontano”, que “as actividades dominantes dos marranos mogadourenses eram o comércio e o artesanato, complementado pela exploração agrícola. Possuíam bens fundiários, próprios ou arrendados, a ponto de alguns deles terem, em determinado momento, optado pela agricultura”.

O CASO PARTICULAR DE VILARINHO DOS GALEGOS

Vilarinho é terra de judeus. O povo assinala esse facto nas nomeadas colocadas aos naturais das diferentes al-

deias, conforme salienta José Leite de Vasconcelos, citando Casimiro Machado:

“Casqueirinhos são os de Tó,
Os Judeus de Vilarinho;
Descalços, Vila dos Sinos,
E Serranos de Bruçó.”

O mesmo autor nota que lhe disseram que na aldeia, à época, não haveria mais do que seis famílias católicas. Ainda a este propósito, Trindade Coelho escreveu, em “O Senhor Sete”, que perto da terra dele, “Vilarinho dos Galegos é a terra de melhor fumeiro. Casa de ferreiro espeto de pau: Vilarinho dos Galegos é quase tudo terra de judeus!”

A comunidade marrana de Vilarinho dos Galegos foi alvo de diversos estudos e é muito mencionada nos mais variados trabalhos que versam sobre cristãos-novos em Portugal. Desde Amílcar Paulo, passando por Casimiro Machado, Leite Vasconcelos, Pimenta de Castro, et alia, muitos foram os que se deixaram fascinar por tamanha vontade de sobrevivência. Conseguiu preservar-se até aos dias de hoje, embora se diga que a última rezadeira local foi Olívia Rodrigues, também conhecida por Olívia “Tabaco”. Os costumes e as orações foram passando de geração em geração, guardados em segredo, longe dos olhos e ouvidos indiscretos dos “chuços”. Os casamentos endogâmicos e o isolamento da região ajudam a explicar, em parte, este fenómeno, que foi alvo de um estudo científico levado a cabo pelo Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto. Numa aldeia aparentemente simples, chegaram a coexistir 23 espaços comerciais!

Ainda a propósito, leia-se também este texto da autoria de Carlos Baptista, publicado na página web da Comunidade Judaica Masorti de Lisboa: “se Vilarinho dos Galegos, integrada no concelho de Mogadouro, poderá não ser uma exclusividade histórica, pelo menos é, sem dúvida, um dos marcos da perseverança e da tenacidade dos “anussim” em Portugal. Possuidores de tradições e de ritos mais ou menos secretos, eles continuam a perpetuar um pouco a alma e a herança do povo de Israel em terras de “Sefarad”.

A preservação do património local é essencial para manter vivas a identidade, a história e a cultura de uma comunidade. O legado judaico no concelho de Mogadouro faz parte da nossa memória coletiva e é um elemento do qual nos orgulhamos, e que queremos recuperar para as gerações futuras.

A divulgação das marcas do judaísmo nas nossas aldeias é muito importante para a sua valorização e salvaguarda, no sentido em que é preciso reconhecer o potencial e a riqueza inerente a este elemento histórico e cultural para poder implementar um plano eficaz para sua preservação.

O objetivo da Câmara Municipal de Mogadouro é estruturar um plano de visitação e aprendizagem da herança judaica no concelho, que beneficie tanto os habitantes locais quanto os visitantes, contribuindo para a educação, o crescimento económico, a diversidade cultural e a qualidade de vida.

Por outro lado, também penso que este património ajuda a lembrar os desafios superados e as conquistas alcançadas pelo povo judeu. Manter registos e monumentos locais é fundamental para garantir que as lições do passado não se percam.

António Joaquim Pimentel
Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

PATRIMÓNIO – AS MARCAS ARQUITETÓNICAS JUDAICAS

Embora esta temática não seja pacífica entre os estudiosos do fenómeno judaico, começam a surgir, principalmente nas Beiras, alguns trabalhos científicos dedicados a assinalar como marcas do judaísmo determinadas características arquitetónicas dos edifícios. No concelho de Mogadouro, nomeadamente nas localidades com marcante presença judaica, é possível observar as seguintes marcas:

- Cruciformes



Segundo a tradição oral beirão, os judeus colocavam os cruciformes nas casas para manifestar a sua conversão ao cristianismo e, desse modo, minimizar as perseguições de que eram alvo por parte das autoridades cristãs, reforçando perante a comunidade a sua conversão aos valores religiosos predominantes. Normalmente, este tipo de marcas surge ligado ao espaço conotado com as antigas judiarias ou ruas fortemente habitadas por judeus.

- Ombreiras desgastadas



Este traço arquitetónico observa-se com grande abundância em todos os núcleos urbanos tradicionalmente associados aos judeus. Trata-se de um desgaste na ombreira da porta, típico do afiar de instrumentos de corte. Tal costume assentava na sacralização do instrumento antes do seu uso na degola dos animais, pois a porta é um local sagrado da casa. Segundo depoimentos colhidos em Vilarinho dos Galegos, era assim que igualmente se dava a conhecer aos visitantes que ali habitavam crentes do judaísmo.

- Ombreiras biseladas



De acordo com Berta Afonso, as casas em que as ombreiras surgem cortadas a 45° em bisel, segundo a tradição oral, eram de judeus. Tratava-se de igualmente assinalar simbolicamente a adesão a esse culto através do local mais sagrado da casa.



VINHAIS NA SENDA DAS ROTAS JUDAICAS

Aquando da expulsão dos judeus, pelos Reis Católicos de Espanha, em finais do séc. XV, verificou-se uma grande fixação dos mesmos em toda a zona norte fronteiriça, em especial no território vinhaense.

De acordo com o numeramento de 1530, viviam intramuros, em Vinhais, pouco mais de 80 vizinhos dos quais, segundo o depoimento de um inquirido pelo Tribunal do Santo Ofício, apenas três ou quatro eram cristãos velhos, havendo testemunhos de uma considerável prática da Lei mosaica em Vinhais, numa sinagoga que então existia e à qual acorriam judeus de diversas localidades.

A grande comunidade marrana em Vinhais é, também, confirmada pelos cerca de 500 locais que foram apresentados perante a Inquisição, entre 1500 e 1792, acusados de práticas de judaísmo, conforme consta dos respetivos processos existentes na Torre do Tombo.

O próprio cemitério em torno da histórica e interessante igreja de São Facundo – Monumento classificado IIP, Dec. N.º 95/78, Dr. 210, de 12 de setembro de 1978 –, em Vinhais, reforça a importância que este território teve para os judeus pois, conforme se pode ler em alguns processos, era desejo de muitos judeus irem a enterrar naquele espaço por ali existir “um sardão cuja sombra sagrada beijava o solo”.

Apesar do elevado número de vinhaenses julgados ao longo dos anos, a tradição oral tem mencionado Rebordelo como Terra de Judeus.

Efetivamente, a comunidade marrana teve forte implantação nessa localidade, destacando-se em diversas áreas, nomeadamente na produção de seda, prática hoje inexistente.

Um hexagrama, ou Estrela de David, gravado em alto-relevo, num pilar granítico localizado na entrada de uma propriedade e casa que foi pertença da família do cris-

tão-novo Moisés Abraão Gaspar, além de inúmeras casas cuja arquitetura remete para uma tipologia característica, dão testemunho disso mesmo.

Um singular documento, conhecido como “O Manuscrito de Rebordelo”, intitulado “Livro de Orações ao Altíssimo Deus todo-Poderoso”, com provável datação de meados do séc. XVIII até meados do séc. XIX, dividido em “Orações” e “Coisas Divinas” constando, numa terceira parte, uma listagem com nascimentos, casamento e óbitos de residentes em Rebordelo, sendo o último registo referente a um óbito datado de 1848,

Em 1928, o periódico do Movimento do Resgate, “Ha-Lapíd” – Órgão da Comunidade Israelita do Porto, fundado pelo Capitão Barros Basto que, por essa altura, terá visitado Rebordelo algumas vezes, constatando a prática de criptojudáismo naquela localidade ainda durante algumas décadas do século XX –, publicou a transcrição integral do manuscrito.

Mas as terras adotadas pela comunidade no concelho de Vinhais não se resumiram a estas duas localidades. Apesar do reduzido número de processos do Tribunal do Santo Ofício, de habitantes da típica e pitoresca aldeia raiana da Moimenta, a presença de alguns símbolos e formas cruciformes insculpidas em lintéis e ombreiras de portas e janelas de algumas casas de habitação, além de outros elementos tradicionais da cultura judaica, dão testemunho dessa presença, confirmada pelo rifão popular: “Bem-aventurados são os que não têm contas com os da Moimenta, Rebordelo e Lebução!”.

www.cm-vinhais.pt



“A CAPITAL DO MARRANISMO”



Povoado muito antigo, Carção é citada desde os primeiros tempos da nacionalidade (1187). Encontra-se a cerca de 12 quilómetros da sede do concelho, Vimioso.

A sua maior importância e desenvolvimento deu-se após o século XV, quando muitos descendentes de judeus se refugiaram na localidade e outras aldeias raianas (Argozelo, Vimioso, Campo de Víboras), dedicando-se sobretudo ao curtimento de peles, indústrias de cola e comércio. Seus habitantes sempre tiveram arte e engenho para fazer face ao isolamento da terra e sair a mercadejar por toda a parte. Há cerca de um século, o douto Abade de Baçal refere: “Percorrem o distrito de Bragança com venda ambulante de bacalhau, arroz, azeite e outros géneros, comprando, ao mesmo tempo, peles ovinas, bovinas e caprinas (...). Encontram-se estabelecidos nos povoados principais, aldeias ricas e férteis do reino, colónias e até do estrangeiro, onde entram à formiga, sem eira nem beira, nem ramo de figueira, apenas com dois centos de sardinhas em cima de um burro podre e dentro de uma dúzia de anos chegam a preponderar pela fortuna adquirida no negócio.” Muito semelhante é o retrato feito por outros historiadores, literatos e etnólogos que escreveram sobre o génio mercantil e empreendedor das gentes de Carção. E todos associam esta qualidade à sua herança judaica. Leite de Vasconcelos, por exemplo, usou estas palavras: “A gente de estirpe judaica destas últimas po-

voações (Carção e Argozelo) vivia, até há pouco, sobretudo do comércio e da indústria dos curtumes.”

O que também surpreende neste povoado, é a forte convicção religiosa na Lei de Moisés, conseguindo manter essa herança judaica, em segredo, por mais de 400 anos, após serem obrigados a converterem-se ao cristianismo.

Foi uma aldeia muito fustigada pela Inquisição, desde metade do século XVII, sabendo-se que o Tribunal do Santo Ofício abriu processos a 228 moradores, quase todos eles acusados de heresia (respeitar o sábado, jejuar no Kipur, participar em práticas judaicas mortuárias, missas secas...) muito dos quais acabando por ser queimados nas fogueiras dos Autos-de-Fé realizados no Terreiro de São Miguel, em Coimbra.

O período, provavelmente o mais negro da comunidade, foi entre 1691 e 1701, considerando-se um massacre da comunidade, com a prisão de pelo menos 130 cristãos-novos, muitos dos quais mortos. Houve Autos-de-Fé em que metade dos penitenciados eram desta localidade, como sucedeu no de 17-10-1694, onde 25 dos 56 penitenciados eram de Carção. Também a 25-

© Paulo Lopes



11-1696, dos 88 penitenciados, 43 eram de Carção, dos quais 12 foram relaxados em carne. Este ataque a Carção foi de tal forma violento, que o Padre António Vieira (1608-1697) refere que esta devia ser uma das comunidades quase exclusivamente constituídas por cristãos-novos (descendentes dos judeus convertidos à força em 1497). Contudo, apesar desta tremenda devastação, a comunidade revelou uma extraordinária capacidade de resistência à Inquisição, chegando a roubar, das paredes da igreja matriz, os sambenitos dos condenados à morte pela Inquisição (em 1737), que este tribunal ali mandou pendurar para exemplo. Sabe-se que, no século XVIII, chegaram a estar expostos 35 sambenitos.

Já no século XIX, as autoridades católicas davam conta de como a pratica judaica florescia, após abolição da inquisição, como é testemunhado pelo pároco de Carção em carta de 2-6-1852, para o bispo de Bragança: "Neste povo grassa desde tempo imemorial uma seita que em tempo da Inquisição era muito oculto, mas de 34 (1834) a esta parte é isso muito divulgado, quero dizer que não se escondem os sectários como outrora; assim há muita gente, que pelo menos in confuso sabem disso... O erro é a seita, ou Lei de Moisés."

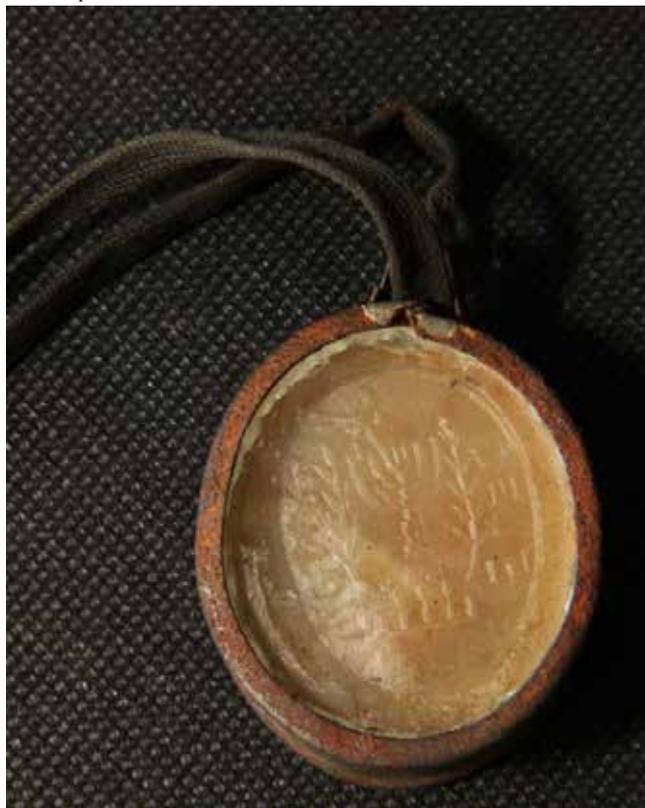
Nesta identidade religiosa marrana que foi evoluindo ao longo dos séculos, escondida em virtude da perseguição, há a memória e a descrição de cerimónias religiosas que celebravam em casas particulares e na capela de Santo Estêvão (fundada em 1661 por nove cristãos-novos) a que davam o nome de missas secas, ou de como celebravam a festa do Kipur com uma romagem para os vinhedos (testemunhado ainda pelo etnólogo Abade de Baçal nos anos 20 do Século XX, bem como outros cultos). Outros investigadores também testemunharam algumas dessas vivências religiosas, como Leite Vasconcelos, Samuel Schwartz ou Amílcar Paulo.

Na aldeia, a população ainda há poucos anos se dividia entre lavradores e judeus e entre o bairro de Cima e a Praça.

Passados 500 anos sobre a expulsão e posteriormente conversão forçada, continuam a ser muitos os vestígios desta comunidade.

A população constrói o Museu Marrano, em homenagem a toda a comunidade, onde podemos ver algu-

© Paulo Lopes



ma dessa herança, tais como vários cruciformes, passeriformes, o Leão de Judá, o memorial às 228 pessoas vítimas da inquisição, alguma orações ditas no Século XVII, o Agus Dei com símbolos judaicos numa das faces, considerada por muitos a "Joia do Marranismo em Portugal". Muito recentemente, no centro da Praça, foi erguido também um monumento, uma grande Menorah para assinalar essa forte e importante presença judaica. Também no outro grande largo da aldeia, Fontes, junto a uma das fontes, podemos verificar uma grande lápide, com a condenação de Francisco Mendes por matar o juiz e pelo pouco respeito aos sacramentos, destruindo uma imagem de Cristo crucificado (1651). Se por coincidência ou propósito, a mesma fonte, no centro do arco, assinala a data do início do período mais negro da história da localidade: 1691.

A materializar esta herança, os órgãos próprios de governo da freguesia decidiram adotar como símbolo maior da sua bandeira, brasão, uma Menorah, assumindo a sua identidade marrana.

Devido a alguns dos factos históricos e físicos aqui descritos, hoje, Carção é tida como "A Capital do Marranismo" e a comprová-lo está o livro escrito por António J. Andrade e M.^a Fernanda Guimarães, 2008.

A comunidade marrana do concelho de Vimioso, estende-se a outras localidades vizinhas, nomeadamente Argozelo (também com grande tradição na indústria de curtumes e comércio), Vimioso e Campo de Víboras (havendo relatos de algumas missas secas, como aconteceu na capela de Santo Estêvão, em Carção).

www.cm-vimioso.pt

PORTUGAL PRESERVA E VALORIZA HERANÇA JUDAICA

Em Portugal prevalece uma herança judaica sefardita já com muitos séculos de existência. Um património cultural e religioso está presente em museus, judiarias, bairros judeus, sinagogas, entre muitos outros locais. Hoje, a comunidade judaica está novamente a crescer no país e o turismo judaico é uma realidade.



As comunidades judaicas sefarditas tiveram um papel crucial no povoamento do território conquistado aos mouros e chegaram a ser protegidos pelos reis portugueses, tendo nessa altura liberdade de culto e de instrução.

Os Judeus foram grandes homens de negócio, da ciência, de letras, filósofos, médicos, entre outras áreas do saber e isso trouxe grandes contributos para o país. Destaca-se o médico do rei D. Pedro I, Moisés Navarro, o matemático Pedro Nunes, o médico Garcia de Orta. No entanto, em 1496, é aplicado um Édito de Expulsão dos Judeus em Portugal, caso não se convertessem ao catolicismo. Os que se converteram para continuarem no país foram denominados de cristãos-novos.

Apesar da presença judaica deixar de ser algo tão comum em Portugal e acabar até por se desvanecer, os vestígios da sua permanência não desapareceram. “Marcas e inscrições simbólicas esculpidas nas casas das antigas judiarias” ainda se avistam em Trancoso, Belmonte, Guarda, Castelo de Vide, entre outras localidades – explica a Visit Portugal.

No Porto e Carção existem museus judaicos, enquanto em Bragança foram construídos um Memorial e o Centro de Interpretação da cultura sefardita. Já no Espaço Memória do Exílios, no Estoril, é explicada a razão de milhares de refugiados terem escolhido Cascais e Estoril

para viver no século XX. Bairros Judeus, judiarias, sinagogas ainda se situam em Lisboa, Porto, Belmonte, Évora e Algarve. Comunidades judaicas também se chegaram a fixar nas ilhas da Madeira e dos Açores.

Os judeus têm existência legal em Portugal desde 1912 e, desde aí, que a comunidade portuguesa tem diversas origens e culturas. Em Lisboa está presente um judaísmo de origem marroquina e da Europa Central; em Belmonte, no Porto e também em Lisboa verifica-se um judaísmo criptojudáico, que remonta aos judeus já fixados antes da expulsão em 1496; e novamente em Lisboa, Porto e Algarve estão presentes judeus com uma maior abertura política e económica provindos de diferentes continentes, mas principalmente da América Latina.

Desde 2015 que os descendentes de judeus sefarditas expulsos de Portugal podem pedir a nacionalidade portuguesa. De acordo com o Diário de Notícias em 2018, esta medida levou a que entrassem no país 12 mil estrangeiros e 1800 já tinham conseguido a cidadania.

O turismo judaico também tem vindo a ser promovido em Portugal, tendo sido criado, em 2011, a rede das judiarias – começa no cemitério judaico de Faro e termina no museu-sinagoga de Castelo de Vide, passando por Lamego, Guarda, Fornos de Algodres e Elvas.

Os judeus de Vila Cova à Coelheira

Esta Vila é conhecida por ter albergado uma forte comunidade judaica, facto que permaneceu na memória popular até aos nossos dias.



O edifício do século XVIII onde se encontra “O centro de memória judaica” é apontado como sendo a sede da antiga sinagoga. O município de Vila Nova de Paiva comprou e restaurou a casa, mantendo a traça original. O projeto faz parte da Rede de Judiarias de Portugal e pretende divulgar e preservar o património histórico e cultural e dar a conhecer a nossa história e o território.

Não podemos saber a origem e a antiguidade desta comunidade, mas a sua presença na vila é na realidade indelével, pois alguns processos foram levantados na Inquirição por Judaísmo.

Vila Cova à coelheira era, no início do sec. XVI, uma pequena vila rural onde a maioria da população seguia a lei de Cristo e, até ao século XX, a separação entre as duas comunidades cristã e judaica, era uma realidade.

No entanto, o forte controlo social por ser comenda de uma ordem militar e religiosa (Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta) não impediu que por casamento ou mobilidade algumas famílias de cristãos-novos se estabelecessem e aí continuassem a professar a sua fé. As pessoas ainda falam do primeiro casamento misto que houve na povoação tal como se fala da cerca judaica ou do cemitério dos judeus.

*“Não me queres por eu ser pobre,
Eu a ti por seres judeu,
Olha a diferença que faz,
Do teu sangue para o meu”*

Quadra popular replicada nas cantigas desta Vila

A imagem que o povo da época tinha desta comunidade era uma imagem parcial e distorcida que permitiu desenvolver muitas lendas e histórias mas, na verdade, os Judeus tal como os Cristãos dedicavam-se a todas as atividades laborais.

Perpetuado pelo imaginário popular e pela tradição oral, a memória coletiva refere a existência de uma comunidade organizada com a sua judiaria e sinagoga. Há hábitos, usos e costumes, até há bem pouco tempo praticados no dia a dia da população que se julga terem origem judaica. Também há nesta vila vestígios arquitetónicos da existência desta comunidade, nomeadamente, cruzes esculpidas nas ombreiras das portas de entrada de algumas casas.

São as histórias das famílias judaicas, dos cristãos-novos

e suas práticas e tradições judaizantes que nos permitem afirmar que no edifício agora conhecido como “O centro de memória judaica” seria o lugar de culto praticado às escondidas que, apesar de não haver prova documental do mesmo, o povo sempre lhe chamou a sinagoga.

É esta a história de um povo que viveu em Vila Cova à Coelheira, essencialmente oculto mas à vista de todos!

Com conteúdos de qualidade, suportados por um sistema expositivo atrativo e contemporâneo, este centro oferece uma visão histórica sobre as memórias e as histórias de uma tradição oral que associa a presença judaica a Vila Cova da Coelheira.

O Centro de Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira
Horário de funcionamento (todo o ano)

Quarta, Sexta e Sábado:

09h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30

Rua do Mosteiro, 3650 - Vila Cova à Coelheira

Tel.: 232 609 900 (Chamada para a rede fixa nacional)

email: turismo@cm-vnpaiva.pt





SINAGOGA DE TOMAR

ONDE A COMUNIDADE JUDAICA ESPALHADA PELO MUNDO É VISITA CONSTANTE

Se não contabilizarmos o complexo constituído pelo Castelo Templário e pelo Convento de Cristo, considerado pela UNESCO como Património da Humanidade, e que o ano passado foi o terceiro espaço monumental mais visitado do país, a Sinagoga é o monumento mais procurado em Tomar, tendo tido em 2022 um número de visitantes praticamente equivalente ao de habitantes do concelho.

Apesar de não existir propriamente uma comunidade judaica na cidade atual, a presença quase permanente de visitantes, muitos deles vindos positadamente de Israel ou de pontos diversos da diáspora, especialmente da América, confere a este lugar uma vivência muito própria.

A Sinagoga de Tomar é o único templo hebraico que se manteve intacto e conservado no nosso país até aos nossos dias, desde meados do século XV, quando foi construído numa época de florescimento da comunidade judaica local e de grande proximida-

de ao Infante D. Henrique. Seria encerrada ao culto em 1496, aquando da expulsão dos judeus de Portugal, decretada pelo rei D. Manuel I.

Durante séculos, desde o encerramento até à sua aquisição por Samuel Schwarz, em 1923, teve usos diversos, tendo sido prisão, capela católica (é referenciada no século XVII como ermida de S. Bartolomeu), palheiro, celeiro, armazém de mercadorias e arrecadação. Em 1921 recuperaria a sua dignidade, quando foi classificada como monumento nacional. Em 1939, Shwarz doaria a Sinagoga ao Estado Português para

aí instalar a o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto.

Em 2019, após profundas obras de reabilitação do edifício, foi inaugurado o Núcleo Interpretativo da Sinagoga de Tomar, no espaço contíguo. É composto por dois pisos: o inferior apresenta antigas estruturas arqueológicas existentes no local, enquanto no superior é possível a interação com conteúdos multi-média que dão a conhecer informações relacionadas com a presença dos judeus na cidade.

A arquitetura do edifício da Sinagoga, de fachada discreta, numa rua marcada pela calçada em seixo rolado de onde nascem jardins espontâneos nas frontarias das casas, é composta por uma planta quadrangular e cobertura abobadada assente em colunas e mísulas incrustadas nas paredes, denotando influências orientais. Os capitéis, decorados com motivos geométricos e vegetais, representam as matriarcas de Israel: Sara, Raquel, Rebeca e Lea. Às colunas ligam-se doze arcos, símbolo das Doze Tribos de Israel. Um singular sistema de amplificação acústica (oito cântaros de barro colocados na alvenaria de cada canto superior da sala) amplifica o som dos cânticos rituais, tornando-a também num espaço muito adequado para concertos intimistas.

O templo fica situado na Rua Joaquim Jacinto, a antiga Judiaria, em pleno Centro Histórico e a escassas centenas de metros de locais emblemáticos como a Praça da República, com o antigo palácio de D. Manuel (atualmente os Paços do Concelho) e a igreja de S. João Baptista; ou o Complexo Cultural da Levada, onde o Centro Interpretativo Tomar Templário conta de forma interativa a História do concelho e se pode encontrar relevante património industrial como a Fundição, a Central Elétrica ou a Moagem. Até final de março, pode ser visitada de terça-feira a domingo entre as 10 e as 12 e as 14 e as 17 horas. De abril a setembro encerra uma hora mais tarde, quer de manhã, quer à tarde.

www.visit-tomar.com





CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO NO CENTRO DE PORTUGAL RECEBE CERTIFICAÇÃO OFICIAL

Foi com grande alegria e emoção que os entusiastas do Caminho de Santiago e os amantes de peregrinação receberam a notícia da certificação oficial do Caminho Português de Santiago Central - Região Centro. Esta certificação é o resultado de esforços conjuntos do Turismo Centro de Portugal e dos municípios atravessados por este itinerário, garantindo que o percurso atende a todas as condições de qualidade necessárias para os peregrinos.

O Caminho agora certificado estende-se por impressionantes 191,6 quilómetros, atravessando 12 municípios da região Centro de Portugal. Percorrendo um caminho de sul para norte, os peregrinos encontrarão os encantos de Vila Nova da Barquinha, Tomar, Ferreira do Zêzere, Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra,

Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha antes de continuarem a sua jornada até Santiago de Compostela, em Espanha.

De acordo com a Comissão de Certificação do Caminho de Santiago, o Caminho Português de Santiago Central - Região Centro apresentou níveis excepcionais de seguran-

ça, acessibilidade, equipamentos de apoio e informações necessárias para os peregrinos.

A fundamentação histórica para este itinerário remonta à identificação da antiga rede viária romana e medieval, apoiada em estudos históricos confiáveis e descobertas arqueológicas. No entanto, em alguns trechos, os antigos itinerários foram incorporados por estradas modernas e autoestradas, resultando na proposta de trajetos alternativos nas proximidades.

Pedro Machado, presidente da Turismo Centro de Portugal, enfatiza a crescente popularidade do Caminho Português de Santiago, que se tornou o segundo mais percorrido durante o último Jubileu. Entre 2011 e 2019, o número de peregrinos que seguiram o Caminho Central, atravessando a região Centro de Portugal, dobrou, passando de 183 mil para cerca de 350 mil. Esta rota atrai peregrinos com motivações religiosas (40%) e culturais ou outras (49%), tornando-se acessível a diversos perfis de viajantes.

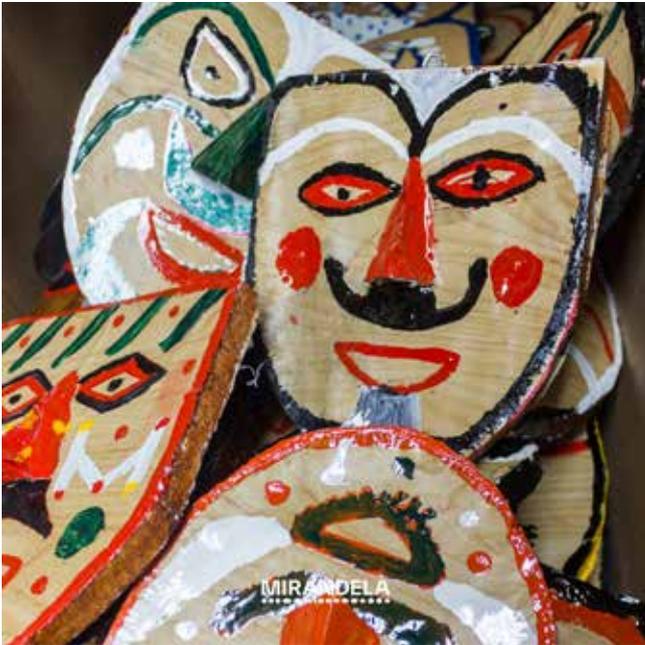
Além disso, a certificação agora oficializada é um passo importante na inscrição dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela como Património Mundial da UNESCO, uma proposta apresentada por Portugal em 2016.

Atualmente, está a ser apresentada uma proposta de certificação de outro itinerário, a Via Portugal Nascente, que passa por oito municípios da região.



©Turismo do Centro de Portugal

QUANDO OS JOGOS SAEM À PRAÇA...



O Careto é uma figura da Festa de Santo Estevão da Torre de Dona Chama. É caracterizado por uma pessoa vestida com um fato colorido, geralmente feito de colchas ou chita aos retalhos; o fato é adornado com franjas de lã e pequenos chocalhos de latão. Esta personagem faz-se acompanhar de um pau (vara) que utiliza durante a manifestação e de uma máscara feita de latão que é normalmente pintada de vermelho e/ou preto. Esta figura representa a folia, travessura e é-lhe atribuída a liberdade de cometer excessos durante a sua performance carnavalesca.

A Festividade, da qual o Careto faz parte, decorre nos dias 25 e 26 de dezembro na vila de Torre de Dona Chama e representa, para além de uma homenagem a Santo Estevão, um ato teatral que consiste na reconquista cristã do território aos Mouros. Assim, todos os momentos da festa acabam por representar metaforicamente não só a preparação mas também o ato da reconquista. A festa começa no dia 25 de dezembro ao final do dia quando se acende uma fogueira no meio da vila e a população se começa a juntar para um convívio que dura toda a noite com comida e bebida a ser distribuída por todos os presentes. Também durante esta noite acontecem os “Jogos à Praça”, este momento tem dois papéis importantes: o primeiro, uma sátira onde são atribuídas alcunhas aos membros da população de acordo com a vivência destes na comunidade; o segundo, uma convocatória metafórica para a batalha do dia seguinte. Assim as pessoas vão de casa em casa e dizem:

- Manda El-Rei meu senhor...
Os acompanhantes repetem.
- Amanhã
Repetem.
- Sairá com os seus jogos à praça.
- O senhor [nome do habitante].
Olh'ó [alcunha]... (é atribuída uma alcunha a cada uma das pessoas da vila).

Durante esta noite, era comum acontecer também o “roubo dos burros” que novamente, e numa perspectiva teatral, representava o roubo da cavalaria Moura, como estratégia dos cristãos para ganharem a batalha (este momento não possui tanta representatividade na atualidade dada a escassez do animal na vila), durante a madrugada saem também à rua as Madames, isto é, homens vestidos de mulher e mulheres vestidas de homens com roupas descoordenadas, perucas e acessórias que percorrem as ruas num cortejo jocoso com o intuito de alegrar e fazer rir a população.

Já no dia 26 de dezembro, depois de almoço, é celebrada a missa em honra de Santo Estevão, nessa missa estão presentes as personagens do Rei e da Rainha Moura. Na teatralização, a missa representa também a última oportunidade dada aos Mouros para se redimirem e converterem, o que não acontece. Assim, no final desta celebração, tem lugar a tão esperada batalha (também conhecida como a “corrida da Mourisca”).

Esta batalha consiste num cortejo entre a Igreja e o Largo onde foi previamente construído um castelo; vão à frente o Rei e a Rainha Moura (como que a fugir), a eles seguem-se as Mouriscas, os Caretos e os Caçadores. Aqui, os caçadores representam os cristãos que tentam alcançar o Rei e a Rainha Mouros. Os Caretos têm o papel de impedir com as suas varas que os caçadores avancem. As Mouriscas são responsáveis por apanhar os caçadores antes que estes alcancem o Rei e a Rainha, toda esta batalha funciona como um jogo da apanhada, em que sempre que um Caçador é apanhado por uma Mourisca, este lança um tiro de pólvora seca (como que a celebrar a sua vitória) e regressa ao seu lugar inicial, antes da barreira dos caretos. Esta corrida quase que coreografada mas sem ensaio prévio repete-se até que o cortejo chega ao Castelo.

O Castelo é rodeado pelos caretos e caçadores e a sua estrutura é no final queimada, como representação da vitória cristã e da reconquista dos territórios aos Mouros.

www.cm-mirandela.pt

PORTUGAL IMATERIAL: 20 ANOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Em parceria com diversas entidades e cidadãos ativos na área do Património Cultural Imaterial, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) celebrou, ao longo deste ano, o 20.º aniversário da Convenção para Salvar o Património Cultural Imaterial da UNESCO. Este evento, denominado “PORTUGAL IMATERIAL: Convenção UNESCO 2003-2023”, desdobrou-se em três momentos: o Encontro, o Território e a Festa.

O Encontro teve lugar no Palácio D. Manuel, em Évora, no dia 3 de abril, enquanto que o Território começou em maio e só terminará no final do ano. Este momento detém uma plataforma digital no website da DGPC para que todos os interessados possam divulgar as suas atividades. Já o momento que finaliza as celebrações, a Festa, animou o território português ao longo deste mês, de 17 a 22 de outubro.

Segundo o comunicado da Direção-Geral do Património Cultural, a Festa tem como alicerce o “envolvimento ativo dos membros da Rede Nacional do Património Cultural Imaterial, dos parceiros proponentes e dos praticantes das manifestações inscritas no Inventário Nacional”. Este programa promove, então, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do Património Cultural Imaterial em Portugal, incorporando uma ampla variedade de atividades que cativam e envolvem públicos de todas as idades e origens, incluindo concertos, atuações, documentários, visitas guiadas, debates, exposições, entre outras.

Nos dias 20, 21 e 22 de outubro, a Festa tomou conta do Museu Nacional do Traje, em Lisboa, onde a celebração da diversidade cultural, da criatividade e da sustentabilidade se fez sentir.





ESCOLA AERONÁUTICA /AWA, 15 ANOS A FAZER CRESCER ASAS

Importa nesta altura de grande perturbação social, destacar o que de bom se faz em alguns domínios. Em Portugal existem algumas Escolas de Aviação com destaque, entre as quais a AWA ganhou o seu lugar.



Primeiramente, pela diferença que marcou logo em 2008, quando foi fundada, pelas inovações que trouxe ao panorama formativo em Portugal e, depois, em 2010, quando abriu o primeiro curso de pilotagem de aviões, como Escola certificada e já com meios próprios e em instalações que, já na altura, eram de qualidade reconhecida.

Agora, com mais de 15 anos de atividade, é importante avaliar o impacto que temos na formação ae-

ronáutica em Portugal e verificar que, na realidade, temos colocado no mercado nacional e internacional Oficiais de Operações de Voo (OOV-FOO) e Pilotos de Linha Aérea que desempenham, de forma destacada pela qualidade do seu trabalho, as suas funções profissionais. Embora com pouca expressão quantitativa formámos também, na capacidade sobrance, alguns pilotos privados (PPA), com a mesma qualidade dos pilotos profissionais.

QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS DA AWA?

A Equipa da AWA foi crescendo e a seleção dos seus colaboradores recaiu sempre na escolha das pessoas mais qualificadas para a função a desempenhar (ver nosso site - www.awa.pt). Desde os Pilotos Instrutores (FI), passando pelos Instrutores Teóricos (TI), pelo nosso pessoal de operações de voo e planeamento, pelo staff da secretaria, e fazendo uma alusão obrigatória aos NP's (nominated persons), com funções estruturais conforme as regras EASA, todos estão focados na função de bem formar os nossos alunos e somos hoje uma Equipa multidisciplinar de cerca de 80 pessoas (FI's, Professores Teóricos, NP's, NP's "deputies", Staff da Secretaria, Staff das OPS/PLN. Costumamos dizer que a ponta da lança são as horas de voo. Mas para as cerca de 1500 horas de voo mensais que conseguimos produzir, temos uma estrutura coordenada, uma espinha dorsal, que, não sendo visível, mantém o foco de forma Discreta e Profissional.

QUE FAZ A AWA?

A AWA, em síntese, forma profissionais da área da aviação, com foco nos OOV's e nos Pilotos, profissionais e privados. Na AWA os alunos podem almejar uma formação de qualidade. Apostamos na formação presencial, pela mais-valia que representa a este nível de transmissão de conhecimentos. Não nos preocupamos em preparar os alunos apenas para os exames teóricos, mas sim em prepará-los para as profissões que escolheram. As matérias são exigentes, os conhecimentos necessários para desempenhar as funções são tão vastos, que não há possibilidade de deixar esta missão (é isso que achamos que é a função do professor, uma missão), entregue a explicações automáticas e a demonstrações que não tenham entrega profissional com abnegação pessoal.

ONDE ESTÁ A AWA?

Estamos onde e quando necessário, com a Sede em Figo Maduro, nas imediações do Aeroporto de Lisboa. Aqui temos grande parte das aulas teóricas e também um simulador de comunicações aeronáuticas. Este último foi uma "invenção" da AWA permitindo, nas aulas práticas de comunicações, criar um ambiente muito próximo daquele que os alunos vão encontrar quando



passam à fase de voo. No nosso curso de OOV, os alunos fazem também voo em FNPTII, onde podem ter contacto com as sensações de voo e até verificar a importância dos elementos/parâmetros de planeamento de voo. O estágio curricular destes alunos é assegurado numa Companhia Aérea, ou Empresa, com as quais a AWA tem protocolo.

E estamos também no nosso Hangar no Aeroporto de Cascais (H15), onde desenvolvemos as nossas operações de voo, temos instalado e certificado um simulador FNPTII/MCC, e ainda as nossas áreas recentes de Engenharia e Manutenção.

AERONAVES.

Dispomos ainda de mais de 20 aeronaves na nossa frota orgânica, tendo sido adquiridos para reforço de frota vários Cessnas 150/152, um Bimotor Tecnam P2006T e quatro aeronaves novas Bristell B23, fabricadas com as especificações requeridas pela AWA, e que são uma estreia em Portugal, tendo as primeiras duas aterrado em LISBOA em início de 2022.

NOVA EMPRESA DO GRUPO - AWAT

Recentemente aprovada, a AWA-Technics (PT. CAO.051) permite ao grupo Escola/Engenharia/Manutenção avançar de forma mais robusta e independente, para traçar com mais garantias de sucesso os objetivos a alcançar. A AWA pugna por solidificar a sua reputação como Escola de Qualidade, não almejando ser a maior Escola em termos de alunos em curso, mas sim a Escola que forma profissionais de qualidade, com número de vagas anuais limitado e publicamente anunciado no início de cada ano.

Como ideia de força final, o Grupo AWA/AWAT mantém firmeza na qualidade de formação, determinação em manter os melhores colaboradores e a responsabilidade de formar os melhores profissionais.

A bem da Aeronáutica.

Renato Pinheiro

AM - Administrador Responsável

A SINGULARIDADE DO VINHO DE TALHA

Em Portugal, a região do Alentejo tem desempenhado um papel fundamental na preservação dos vinhos de talha, mantendo viva até aos dias de hoje a antiga técnica de produção introduzida e desenvolvida pelos romanos. Com o passar do tempo, a arte de produzir vinho em talhas tem sido transmitida de geração em geração, mantendo-se praticamente inalterada.



Entre as povoações de Vila Alva e de Vila de Frades encontram-se as vinhas mais antigas desta zona do país, muitas delas plantadas antes de 1930. Estas vinhas velhas produzem uvas de castas brancas e tintas tradicionais do Alentejo, algumas delas quase em extinção. É o caso de Antão Vaz, Roupeiro, Manteúdo, Diagalves, Larião e Perrum. Mas, é “destes cachos de refinada qualidade, que se produz o famoso Vinho de Talha”.

Este território com Vinhas Centenárias, amplas paisagens e uma vila branca é considerada por muitos como “a aldeia mais branca de Portugal”. Aqui, contam-se já inúmeros percursos pedestres, entre os quais Vinhas Centenárias de Vila Alva, que constituem parte integrante da oferta de promoção turística e do património local.

As Vinhas de Cuba, onde se incluem as de Vila Alva, representam uma situação singular na produção de vinho no Alentejo. Embora não sejam caso único, representam a produtividade em minifúndios, o que difere do padrão predominante de produção nas restantes áreas da região.

No município de Cuba, o clima manifesta características tipicamente mediterrânicas, com temperaturas mais amenas. Por outro lado, a Vidigueira apresenta

invernos mais brandos e embora os seus verões sejam extremamente quentes e secos, são suavizados por uma brisa fresca proveniente do Atlântico. A elevada exposição solar favorece uma excelente maturação das uvas, contribuindo para aprimorar a qualidade do vinho.

Os microclimas aqui gerados são “extraordinários” para o desenvolvimento da uva, uma vez que resultam “cachos mais concentrados, complexos em aromas e sabores, que permitem a produção de vinhos intensos e cheios de personalidade”.

A produção deste vinho envolve vários fatores, incluindo o tratamento da talha e o revestimento do seu interior. O momento de inserir a torneira permite que o vinho filtrado flua para a ânfora de barro, proporcionando o “tão tradicional ‘aparadinho’, tradição de encher o copo diretamente da torneira”, que tem vindo a ser divulgada e difundida.

Na Casa das Talhas, o espaço de enoturismo da Adega, é possível ver onde e como é produzido o Vidigueira Vinho de Talha, ficar a conhecer todo o processo de vinificação e apreciar uma prova deste “vinho único, elaborado com uvas brancas de Vinhas Centenárias”.

AS VINHAS CENTENÁRIAS QUE DÃO ORIGEM AO VIDIGUEIRA VINHO DE TALHA

Desenvolvido pelos romanos e trazido para Portugal há dois milénios, o Vinho de Talha é, hoje, símbolo maior do Alentejo. O Vidigueira Vinho de Talha, que tem origem nas vinhas mais antigas desta zona do país, destaca-se pela singularidade e tradição inerentes.

A Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito é a responsável pela produção do Vidigueira Vinho de Talha, que conta com uma história e tradição de vinificação com mais de dois mil anos. O saber fazer foi passando de geração em geração, “ao sabor da História e dos seus acontecimentos, firmando um património cultural muito próprio, que se impõe preservar e inscrever no legado cultural da região de Vidigueira, coração do Vinho de Talha”, reitera a Adega, em comunicado.

Entre as povoações de Vila Alva e de Vila de Frades encontram-se as vinhas mais antigas desta zona do país, muitas delas plantadas antes de 1930. Estas vinhas velhas produzem uvas de castas brancas tradicionais do Alentejo. É o caso de Antão Vaz, Alicante Branco, Diagalves, Larião, Manteúdo, Perrum e Síria (Roupeiro). É “destes cachos de refinada qualidade, que se produz o famoso Vinho de Talha”.

Este território com Vinhas Centenárias, amplas paisagens e uma vila branca é considerada por muitos como “a aldeia mais branca de Portugal”. Aqui, contam-se já inúmeros percursos pedestres, entre os quais Vinhas Centenárias de Vila Alva, que constituem parte integrante da oferta de promoção turística e do património local.

Os microclimas gerados na região são “extraordinários” para o desenvolvimento da uva, uma vez que resultam “cachos mais concentrados, complexos em aromas e sabores, que permitem a produção de vinhos intensos e cheios de personalidade”.

A produção deste vinho envolve vários fatores, incluindo o tratamento da talha e o revestimento do seu interior. O momento de inserir a torneira permite que o vinho filtrado flua para a talha de barro, proporcionando o “tão tradicional ‘aparadinho’, tradição de encher o copo diretamente da torneira”, que tem vindo a ser divulgada e difundida.



NOVEMBRO: O MÊS DO VINHO

Durante o Mês do Vinho, a Taberna dos Arcos, um espaço enoturístico, integrado na estrutura de Enoturismo da Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito, situada na Capital do Vinho de Talha, Vila de Frades, vão decorrer várias iniciativas. A 4 de novembro, às 17 horas, será a inauguração do espaço, que contará com a abertura da Talha 1656, petiscos regionais e Vinho de Talha à discrição, tudo ao som do Cante Alentejano.

A 11 de novembro, Dia de São Martinho, acontecerá um magusto na Adega da Vidigueira, com os ingredientes habituais. A 14 de novembro terá lugar o Open Day do Enoturismo e, das 10 às 17 horas, estão preparadas visitas gratuitas à sala de barricas e à Casa das Talhas, bem como está agendada uma prova de Vinho de Talha.

Na Casa das Talhas, o espaço de enoturismo da Adega, é possível ver onde e como é produzido o Vidigueira Vinho de Talha, ficar a conhecer todo o processo de vinificação e apreciar uma prova deste “vinho único, elaborado com uvas brancas de Vinhas Centenárias”.

www.adegavidigueira.pt
www.instagram.com/adegavidigueira
www.facebook.com/AdegaVidigueira

GIL VICENTE: UMA JORNADA PELOS PRIMÓRDIOS DO TEATRO EUROPEU

No passado dia 26 de outubro, o Museu Nacional do Teatro e da Dança, em Lisboa, abriu as suas portas para a “maior exposição até hoje realizada” dedicada a Gil Vicente, um dos mais eminentes dramaturgos portugueses, que deixou um legado indelével nas artes cénicas.



Sob o título “Gil Vicente. Portugal e Espanha nos primórdios do Teatro Europeu,” esta exposição conta com mais de 450 peças meticulosamente selecionadas, que incluem livros, figurinos, trajes de cena, adereços, desenhos e maquetes 3D de cenários, marionetas, pinturas, cartazes, mapas, fotografias, vídeos, instrumentos musicais e outros objetos.

A mostra não se limita a exibir peças do acervo do Museu Nacional do Teatro e da Dança, integrando, também, contribuições de outras instituições culturais e companhias de teatro, tanto de Portugal quanto de Espanha, oferecendo uma viagem pela história do espetáculo em Portugal nos últimos 150 anos.

Para além disso, companhias que têm apresentado espetáculos de Gil Vicente ou que continuam a levar o autor a palcos ibéricos também participarão na exposição, tais como o Teatro Experimental de Cascais, o Teatro da Cornucópia, o Teatro da Rainha, Cendrev, a Escola da Noite, A Barraca, A Comuna, o Teatro das Beiras, e muitas outras. De Espanha, a encenadora e dramaturga Ana

Zamora e a sua Companhia Nao d'Amores, bem como o encenador Juan Antonio Quintana, contribuem com o seu talento.

A exposição é organizada pelo Museu Nacional do Teatro e da Dança, em colaboração com o Museu Nacional do Teatro em Almagro, Espanha, e é comissariada por José Camões, da Universidade de Lisboa, e Javier Huerta Calvo, da Universidade Complutense de Madrid.

Além das exposições, os organizadores prepararam uma série de atividades complementares, como conferências, conversas com artistas, espetáculos de teatro e música, visitas guiadas e oficinas. Um projeto educativo especial para escolas e famílias também faz parte desta jornada cultural.

A exposição estará patente até 28 de abril de 2024. Uma oportunidade única para mergulhar nas origens do teatro europeu e celebrar o legado duradouro de Gil Vicente.

PRÉMIO NOBEL DA PAZ PARA A ATIVISTA IRANIANA NARGES MOHAMMADI



Ill. Niklas Elmehed © Nobel Prize Outreach

O Comité Nobel Norueguês atribuiu o Prémio Nobel da Paz a Narges Mohammadi, ativista iraniana e ex-vice-presidente do Centro de Defensores dos Direitos Humanos, pela sua “luta pelas mulheres do Irão contra a opressão”, afirmou o Comité. Outra razão para esta escolha foi o reconhecimento “das centenas de milhares de pessoas que, no ano passado, se manifestaram contra as políticas de discriminação e opressão do regime teocrático do Irão contra as mulheres”.

Narges Mohammadi ainda não pôde receber o prémio e não se sabe se o poderá fazer, sendo que foi condenada a 31 anos de prisão e 154 chicotadas pelo regime do Irão. O Comité apela que as autoridades a libertem “para receber o seu prémio até dezembro”, referiu o presidente do Comité Norueguês, Berit Reiss-Andersen.

“Se as autoridades iranianas tomarem a decisão certa, irão libertá-la para que ela possa estar presente para receber esta honra. É o que esperamos acima de tudo”, acrescentou.

O prémio pretende reconhecer o trabalho desenvolvi-

Narges Mohammadi é distinguida com o Prémio Nobel da Paz por toda a sua “luta pelas mulheres do Irão contra a opressão”. A ativista encontra-se presa no Irão, mas não deixa de continuar a lutar pelo que acredita: “O que o Governo pode não compreender é que quanto mais eles nos prendem, mais fortes nos tornamos”.

do por todo um movimento que tem como líder Nages Mohammadi. A engenheira de profissão foi galardoada, em 2018, com o prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, pelo Parlamento Europeu. Torna-se também a 19ª mulher e a segunda iraniana a ganhar o Prémio Nobel da Paz.

O ano de 2022 ficou marcado pela grande revolução que se deu no Irão para com os direitos das mulheres, consequência da morte de Masha Amini pela polícia da moralidade iraniana. A jovem de 22 anos foi detida por ter usado indevidamente o “hijab” (véu islâmico).

Durante os protestos que decorriam da morte de Masha Amini, Nages Mohammadi já estava presa, mas não foi motivo de deixar de mostrar que continua a lutar e a apoiar quem o faz livremente. A ativista escreveu um artigo de opinião para o The New York Times, em que escreveu, segundo a agência Lusa, a seguinte frase: “O que o Governo pode não compreender é que quanto mais eles nos prendem, mais fortes nos tornamos”.

RAÇAS AUTÓCTONES PORTUGUESAS: PRESERVAÇÃO DUM PATRIMÓNIO INDISPENSÁVEL

As raças autóctones em Portugal são consideradas um património genético de elevada importância, contribuindo em diversas atividades económicas, sociais, culturais, ambientais e de saúde pública. Atualmente apela-se à sua valorização e ao combate à extinção.

Portugal apresenta um importante património genético, tendo a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) e a DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) reconhecido, em 2022, 50 raças autóctones: “15 raças de bovinos, 16 raças de ovinos, seis raças de caprinos, três raças de suínos, seis raças de equídeos, quatro raças de galináceos e 11 raças de cães”, indicou a DGAV.

A chegada da mecanização e industrialização da agricultura permitia a produção dos bens alimentares a custo bem mais reduzido, mas as raças autóctones acabavam por deixar de ser necessárias. Em 1994, foram implementadas as medidas agroambientais na PAC, tornando as raças protegidas e assumindo um selo de produtos alimentares com origem nas raças autóctones – o DOP (Denominação de Origem Protegida). Este foi o primeiro passo para o reconhecimento do seu papel na economia portuguesa, mas não só.

Todas estas raças desempenham um importante papel na agricultura, na sustentabilidade e no alcance da neutralidade carbónica, na criação de diversos produtos regionais e, de acordo com a DGAV, também combatem o “fenómeno de despovoamento do interior”. Para além disso, Portugal foi considerado uma região ‘hot spot’ de biodiversidade pela FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas).

A grande variedade de habitats, o meio ambiente, as condições meteorológicas, os seus cuidadores, que seguem as tradições socioculturais do país, contribuíram para o surgimento de um maior número de raças. No entanto, já há raças autóctones extintas e outras a decrescer em número, o que levanta um grande alerta para o desenvolvimento sustentável, o combate aos recursos alimentares já escassos, à limpeza das matas, polinização, resposta às alterações climáticas, entre outros.

Diversas medidas estão a ser tomadas face a esta ameaça de extinção, destacando as já aplicadas pela DGAV: campanhas de promoção das raças, ações educativas para a consciencialização da importância da “autoctonia animal na preservação do ambiente, da natureza e até da saúde através de uma alimentação mais equilibrada”. Esta promoção tem também acontecido em “escolas de hotelaria, retalhistas, grandes superfícies, feiras agrícolas e alimentares”, com o objetivo de haver uma maior valorização.



OS GUARDIÕES QUE DEFENDEM A SERRA DE ESTRELA COMO NINGUÉM

O Canil da Quinta de São Fernando, em Manteigas, é um espaço amplo onde nascem e vivem cães de raça Serra da Estrela. Suzette Preiswerk da Mota Veiga é quem se dedica à criação e ao cuidado destes animais que, para além de competentes e imponentes, são extremamente corajosos e inteligentes.

Apesar de ter nascido na Suíça, foi em Portugal, mais concretamente na Serra da Estrela, que Suzette da Mota Veiga concretizou o desejo de viver num sítio calmo, rodeada de animais. Embora já esteja no país desde a década de 70, foi em 1987 que passou a dedicar-se aos cães desta raça autóctone, tornando-se numa das primeiras criadoras na região.

A criadora considera que é “uma alegria” dedicar-se diariamente aos seus cães. Mesmo que, geralmente, passe parte dos dias a limpar o canil e a atender às necessidades dos animais, faz questão de reservar algum tempo de lazer com os seus cães, levando-os frequentemente a passear e a desfrutar do ambiente da Serra.

As especificidades destes “patudos” são, essencialmente, o que a mantém fascinada pela criação da raça. O facto de ser um cão extremamente inteligente, sereno, atento e possuir um carácter independente levou a que, ao longo de séculos, fosse utilizado como “cão pastor” para guardar, proteger e defender os rebanhos de eventuais predadores. Esta notável aptidão de vigilância também o torna altamente valorizado como cão de guarda em grandes propriedades, por exemplo. A inteligência e a exímia capacidade de observação que detém, tornam-no um fiel companheiro em todas as circunstâncias.

Do ponto de vista da criadora, as características distintas de independência e paciência próprias da



raça fazem com que se adapte perfeitamente à conjuntura atual, em que os donos saem de manhã e só voltam à noite. No que à criação diz respeito, consegue quatro a cinco ninhadas por ano. Ressalta que são imprescindíveis as excelentes condições existentes, como é o caso de boas instalações e a possibilidade de aquecer o espaço onde os recém-nascidos se encontram, não estivessem eles em pleno “Coração da Serra da Estrela”.

Suzette da Mota Veiga, uma presença assídua em exposições de cães e alguém que valoriza o convívio com outros criadores, é autora de um livro inteiramente dedicado à raça, intitulado “Novo Guia Prático do Cão Serra da Estrela”. Os prémios que tem recebido ao longo dos anos, em algumas das mais prestigiadas competições internacionais, são uma recompensa por toda a dedicação e esforço que deposita neste projeto.

No Canil da Quinta de São Fernando reina a simpatia, tanto da responsável, que está sempre pronta a esclarecer qualquer questão, como dos anfitriões de quatro patas, que recebem da melhor maneira possível, qualquer pessoa que os visite.

**Quinta de São Fernando, apartado 16,
6260-055 Manteigas
www.estrela-dog.com
+351 919 465 318**



O PORCO BÍSARO

O Porco Bísaro é um testemunho vivo da ancestralidade da criação de porcos nesta região. Esta raça descende dos porcos criados pelos povos celtas, trazidos para a Península Ibérica no século IX a.C.

As suas características morfológicas inconfundíveis parecem lembrar que, na sua genética, resistem ainda traços de javali. Mas, se a sua corpulência e perna alta insistem em fazer lembrar o seu primitivo antepassado, o seu temperamento dócil contraria essa pretensão. Tal como as suas grandes orelhas pendentes e o caminhar desajeitado, que lhe acrescentam um charme e encantamento únicos. Reconhecível igualmente pela sua pelagem, geralmente malhada, mas também branca ou preta, o porco bísaro é uma raça autóctone, adaptada à região norte e que, desde sempre, esteve intimamente ligada aos modos tradicionais de subsistência das populações. Era considerado a melhor dispensa em qualquer casa de lavoura. As condições naturais da região, as culturas agrícolas, a alimentação do porco e a sua genética, a transmissão familiar de uma sabedoria ancestral e o profundo enraizamento das populações, que souberam manter as tradições, resultaram em imemoráveis anos de acumulação de conhecimento e refinamento de receitas, assim como em modos de transformação e conservação da carne. Estes elementos refletem-se em enchidos e presuntos que apresentam características únicas e que constituem o Fumeiro de Vinhais. Atualmente estão qualificados pela U.E., com Indicação Geográfica Protegida (IGP) Vinhais, seis enchidos e o presunto. Porém, no que respeita a produtos qualificados, em que a matéria-prima é o Porco Bísaro, Melgaço, no Alto Minho, tem, qualificados com IGP, dois enchidos e o presunto e, Mirandela, a sua conhecida Alheira. Também a carne, seja de engorda ou de leitão de assar, é qualificada

com Denominação de Origem Protegida (DOP), designando-se “Carne de Bísaro Transmontano”. O leitão de raça bísara é hoje o produto mais procurado desta fileira e apresenta características ímpares para a sua assadura, tendo ganho um número crescente de consumidores, apreciadores desta iguaria.

A valorização dos chamados “produtos tradicionais” e endógenos, enquanto elementos a considerar em estratégias de desenvolvimento rural, regional e até nacional, é hoje uma temática muito atual. Estamos num tempo de alterações substanciais no perfil da procura de bens alimentares, em que as preocupações ambientais e de bem-estar animal são hoje um importante fator de decisão na escolha dos consumidores. Também as novas tendências gastronómicas, impulsionadas pelos chefs da nova geração, assumem preocupações com a utilização de produtos ligados ao território e aliados a sistemas de produção sustentáveis.

Existem assim segmentos ou nichos de mercado que podem ser muito interessantes para este tipo de produtos, sendo os seus modos de produção perfeitamente compatíveis com a estratégia europeia “do prado ao prato” e com o Novo Pacto Ecológico Europeu.

FEIRA DO FUMEIRO DE VINHAIS

A Feira de Fumeiro de Vinhais ocorre nesta vila transmontana desde 1981, normalmente no segundo fim-de-semana de Fevereiro, oferecendo aos visitantes, para além da exposição e venda de produtos, um vasto programa de atividades. É o maior acontecimento social e festivo de todo o distrito de Bragança, tendo atraído, nas últimas edições, mais de 50 000 visitantes oriundos das mais diversas localidades do país e também do estrangeiro. Começou com uma organização conjunta entre a Câmara Municipal de Vinhais e o Parque Natural de Montesinho, com o objetivo de premiar o melhor fumeiro da área pertencente ao Parque e divulgar e promover esta especialidade. Realizou-se então o primeiro concurso do Melhor Salpicão, com a participação de um júri que integrava algumas personalidades da região em representação das suas instituições, neste caso a Câmara Municipal de Vinhais, Parque Natural de





Montesinho e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desde as primeiras edições, a feira tornou-se um caso de sucesso e muito popular entre os agricultores, que tinham ali uma oportunidade de vender o excedente do fumeiro produzido em suas casas. O evento continuou a crescer e, durante a década de noventa, surgiram alterações na sua estrutura. Em 1995, entra na organização a Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara, a ANCSUB, recentemente criada. Depois do reconhecimento, pela União Europeia, do Salpicão de Vinhais e da Chouriça de Carne de Vinhais, com Indicação Geográfica Protegida, em 1998, a ANCSUB e a Câmara Municipal iniciaram um processo de licenciamento e modernização das unidades de produção, adotando três tipologias possíveis para enquadramento dos produtores: Produtores Individuais, Cozinhas Regionais de Fumeiro e Unidades Industriais de Transformação. Os projetos privilegiaram a reabilitação de estruturas já existentes, como por exemplo casas velhas e antigos palheiros, exigindo a construção de instalações sanitárias, zonas de desmancha e laboração, zonas de secagem e de fumagem, bem como a utilização de materiais e equipamentos, laváveis e desinfetáveis, como o plástico rígido, o azulejo ou o aço inox. Posteriormente, foi criado um roteiro com a identificação destes produtores e os seus locais de venda. A produção de fumeiro em pequenas unidades de transformação, que respeitam os processos tradicionais de fabrico mas que se modernizaram, adquirindo condições para funcionar de acordo com as atuais exigências, é uma atividade viável em termos económicos e pode contribuir para a manutenção das populações rurais no território.

São quatro décadas de experiência, na realização deste certame, que fazem de Vinhais a Capital do Fumeiro e tem sido o motor impulsionador de várias atividades relacionadas com este produto. Os números assim o dizem. Nos últimos anos registaram-se mais de 50 mil entradas, sendo comercializadas mais de 50 toneladas de fumeiro, o que representa a entrada de largos milhares de euros na economia local.

O fumeiro, comercializado por dezenas de produtores, tem qualificação Comunitária IGP- Indicação Geográfica Protegida de Vinhais, atribuída pela União Europeia, garantindo a quem adquire os produtos a sua genuinidade e autenticidade. Esta certificação implica uma série de controlos, durante o ano, quer a produtores quer a animais, bem como uma inspeção ao estado geral dos produtos trazidos para a Feira, especialmente presuntos e butelos que, por serem aqueles mais sujeitos a alterações, são rigorosa e individualmente observados por um gabinete de controlo de qualidade constituído por técnicos especializados, que permanece operacional durante todos os dias feira.

Grande variedade de salpicões, chouriças de carne, butelos, alheiras, chouriços azedos, chouriças doces e presuntos, confeccionados com recurso à carne de porco Bísaro, desfilam pelos diversos expositores.

No entanto a feira, organizada pela Câmara Municipal de Vinhais e pela ANCSUB, não se restringe apenas à venda de fumeiro. Podem encontrar-se outros produtos naturais da região, como os cuscos, pão, cogumelos, vinho e azeite, só para dar alguns exemplos. Exposições de artesanato, produtos gourmet, espetáculos musicais, arraial, luta de touros, tasquinhas, restaurantes e muitas outras atividades, integram um programa diversificado que, durante quatro dias, anima quem passa por Vinhais.

Venham visitar-nos, entre os dias 8 e 11 de Fevereiro do próximo ano e disfrutará de uma experiência inesquecível.

Pedro Fernandes
Secretário Técnico do Livro
Genealógico da Raça Bísara
Coordenador Técnico da ANCSUB

www.porcobisaro.net

UMA HOMENAGEM AO CARTUNISTA LUÍS AFONSO

O Museu Bordalo Pinheiro, em Lisboa, inaugurou, no dia 19 de outubro, a exposição “Ora Faço Gravuras...”, de Luís Afonso. A mostra, patente até 28 de janeiro de 2024, conta com cartunes dedicados aos museus, ao património e à cultura.

O autor, através da exposição “Ora Faço Gravuras...”, dá a conhecer a uns e a recordar a outros um conjunto de cartunes da sua autoria, dedicados aos museus, ao património e à cultura, publicados ao longo das últimas décadas.

Luís Afonso nasceu em Aljustrel, em 1965 e, atualmente, vive em Serpa. Com um percurso académico ligado à Geografia, foi professor da disciplina e trabalhou em projetos de desenvolvimento até ao ano de 1995. A partir daqui dedicou-se exclusivamente aos cartunes, atividade que havia iniciado uma década antes.

Ao longo do tempo, tornou-se uma presença marcante no panorama dos cartunes em Portugal, sendo reconhecido por diversas rubricas diárias, nomeadamente no Público com “Bartoon”, no jornal A Bola com “Barba e Cabelo”, no Jornal de Negócios com “SA”, e na RTP com “A Mosca”. Além disto, é também autor de nove livros de cartunes, oito deles enquanto autor integral e um na qualidade de argumentista.

Em 2012, estreou-se no mundo da ficção com “O Comboio das Cinco”, seguindo-se “O Quadro da Mulher Sentada a Olhar Para o Ar Com Cara de Parva e outras histórias”, em 2016, e “A Morte de A a Z”, em 2022, todos eles

editados pela editora Abysmo. Além disso, publicou “O Chef”, em 2022, editado pela Relógio D’Água. Para além das suas criações escritas, é ainda autor de uma curta-metragem intitulada “Everestalefe”, produzida em 2019.

Há precisamente 30 anos, a 25 de abril de 1993, Luís Afonso iniciou a sua jornada na crítica da atualidade nacional e internacional através de cartunes diários, sucedendo a outro destacado cartunista português, Sam, no jornal Público. Não receia trabalhar lado a lado com as notícias que comenta, por vezes na mesma página, alertando o leitor para o absurdo quotidiano.

O que faz é “pegar em todas as situações absurdas, pondo em evidência as contradições que lhe estão associadas”, isto é, “desconstruindo para expor o ridículo e usando o humor como agitador das consciências”.

A EGEAC diz homenagear nesta exposição as “tiras culturais”, sucedendo a mostra que o Museu de Évora dedicou ao autor em 2009, com o título “Por mim fazia-se ali um Museu”. “Acreditamos que, apesar de datadas em relação aos acontecimentos que comentam, a crítica que encerram mantém-se viva e atual, continuando a provocar um misto de riso e estupefação generalizados”.





KENYA



CUBA



PORTUGAL

23 EM **4** **50+** **10000+**
LOCALIDADES **CONTINENTES** **HOTÉIS** **QUARTOS**



ESPAÑA



ESCÓCIA



INGLATERRA



FRANÇA



AS FÉRIAS DOS SEUS SONHOS AGUARDAM COM HOTÉIS MGM MUTHU

Com sua presença em quatro continentes, a MGM Muthu Hotels é uma escolha perfeita para viajantes corporativos e de lazer. Todos os nossos hotéis estão em locais privilegiados, dando aos convidados acesso fácil aos centros de entretenimento.

Com elegante decoração, design contemporâneo e comodidades modernas, todos os nossos hotéis mostram uma identidade única.

Nossos serviços e as instalações são projetadas para criar experiências ricas, significativas e memoráveis para todos os hóspedes.



Reserve a sua estadia em nossos hotéis em Portugal, Cuba, Quênia, Escócia, Inglaterra, Espanha, França & Índia

Ligue para: +351 289 249 928 | E-mail: reservations@muthuhotelsmgm.com

www.muthuhotelsmgm.com



Máscaras de Mogadouro

Tradições ancestrais do Solstício de Inverno

25 DEZ



Careto e Velha de Valverde

25 DEZ



Velhos de Brusó

25 DEZ
1 JAN



Velho Chocalheiro de Vale de Porco

1 JAN



Farandula de Tó e a Festa do Menino

6 JAN



Mascarão e Mascarinha de Vilarinho dos Galegos

26 DEZ
1 JAN



Chocalheiro de Bemposta